

APRESENTAÇÃO*

Douglas Ribeiro Barboza
Jacqueline Botelho

*Confuso amanhecer, de alma ofertante
e angústias soffreadas,
injustiças e fomes e contrastes
e lutas e achados rutilantes
de riquezas da mente e do trabalho,
meu passo vai seguindo
no ziguezague de equívocos,
de esperanças que malogram mas renascem
de sua cinza morna.
Vai comigo meu projeto
entre sombras, minha luz
de bolso me orienta
ou sou eu mesmo o caminho a procurar-se?*

Carlos Drummond de Andrade (Canto Brasileiro)

O livro *Lutas sociais e a ofensiva do capital no Brasil contemporâneo: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora* apresenta um conjunto de debates pautados como necessários na sociedade brasileira atual, e que deram origem a 14 capítulos escritos por intelectuais orgânicos dos movimentos sociais e populares, professores (as) e pesquisadores (as) de Universidades Públicas brasileiras. Os debates levantados pelos autores também expressam o conteúdo da formação política oferecida pelo Curso de Extensão "*Questão Agrária, Território e Cultura Negra: particularidades da formação social brasileira*" (*Aquilombar-se*), vinculado ao Projeto de Extensão "Movimentos Sociais, Trabalho e Políticas Públicas: lutas sociais por um Projeto Emancipatório", que integra o NEPEQ (Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Projetos Societários, Educação e Questão Agrária na Formação Social Brasileira), vinculado à ESS/UFF–Niterói. O NEPEQ realiza pesquisa e extensão no campo da educação, questão agrária, movimentos sociais, Estado, classes sociais e questão racial no Brasil. Tais atividades

*DOI - 10.29388/978-65-86678-42-0-0-f.17-26

permitem uma articulação do Núcleo com as lutas sociais, no atendimento às demandas e necessidades manifestadas por movimentos sociais, escolas públicas, organizações e seus territórios, no cumprimento da função social da Universidade junto à sociedade. O Núcleo realiza cursos de extensão e grupos de estudos que envolvem a comunidade acadêmica.

Considerando a conjuntura de pandemia da COVID – 19, a ação de formação apresentou duas etapas realizadas por plataformas digitais, e a organicidade da atividade foi garantida por uma Coordenação Político Pedagógica (CPP) que reuniu organizações importantes da classe trabalhadora para a construção coletiva da formação voltada para movimentos sociais do campo e da cidade.

A Universidade Pública brasileira sofre expressivo sucateamento promovido pelos setores dirigentes no Estado, que aprofundam uma política de corte de financiamento para a educação, um desprestígio das ações de pesquisa e extensão, assim como uma formação orientada para os interesses do mercado. A iniciativa de formação presente no Curso Aquilombar-se/ESS-UFF, tem como intenção fortalecer o projeto de Universidade pública e popular, comprometida com a produção crítica do conhecimento, conectada com as demandas e necessidades da classe trabalhadora, com vistas a estimular as ações que possam contribuir para processos de transformação societária, que tomem como referência os princípios socialistas sistematizados pela teoria social marxista.

Aquilombar-se significa resistir, lutar, organizar-se para a construção de um outro modo de vida, alternativo ao capitalismo. Esta ação apresenta-se como um elemento imprescindível para a construção e fortalecimento das organizações da classe trabalhadora.

A atual pandemia da COVID-19 (que, até dezembro de 2020, já contabilizava em nosso país o alarmante – e crescente – número de mais de 190.000 óbitos) serviu de justificativa para que fossem aprofundadas as estratégias capitalistas de superação da crise, que agravou radicalmente a tragédia social já experimentada pelo conjunto das trabalhadoras e trabalhadores. O Estado aumenta sua estratégia de socorro ao capital em detrimento do trabalho, ao mesmo tempo em que utiliza de seu braço armado para implementar o genocídio de negras e negros nas periferias. Reforçam-se o discurso da segurança pública e os estereótipos nas ações policiais.

Nas Universidades, Institutos Federais e escolas públicas, o ensino remoto é apresentado como alternativo ao presencial pelo MEC e Secretarias de Educação, sem que haja uma ampla discussão com a sociedade e comunidades acadêmicas, impondo precarização ao trabalho docente pelo

acúmulo de atividades que incluem ensino, reuniões de trabalho, pesquisa e extensão, e uma dinâmica de formação “a toque de caixa”, danosa para docentes e discentes, com planos de atividades enxutos em função do curto tempo para o cumprimento dos semestres letivos e dos limites das ferramentas *online*, que exigem outra dinâmica de trabalho, com menor interação. É flagrante a exclusão dos estudantes mais pobres, desprovidos de serviço de internet adequados e adoecidos mentalmente pelos impactos da pandemia, e pela forma violenta como o governo federal e seus Ministérios têm abordado a crise sanitária, num absoluto descompromisso com a vida das pessoas.

O apelo à “nova normalidade” é parte fundamental da estratégia ultraliberal que está contida na versão remota de retorno às aulas, e que produz um convencimento na sociedade de que podemos viver sob novas regras, supostamente sem danos e com o esforço de cada indivíduo para a flexibilização do isolamento social e retorno ao trabalho, o que traduz o interesse econômico dos empresários e a necessidade da classe trabalhadora para a garantia da sobrevivência, mediante a ausência de políticas emergenciais que garantam a permanência das trabalhadoras e trabalhadores em casa.

A necessidade de absorver e responder às demandas e expectativas sociais advindas deste cenário tão complexo – sem perder o compromisso com a reflexão, a crítica, o exame, a mudança e a superação de conhecimentos instituídos – traduziu-se na presente coletânea aqui apresentada. De forma a dar conta de tarefa tão urgente, decidimos estruturá-la em quatro partes: 1) Educação, formação política e construção de hegemonia; 2) Mediações das lutas a partir de uma perspectiva classista; 3) Questão Agrária, luta pela terra e formas de organização e resistência; 4) Estado, lutas sociais e a ampliação do poder coercitivo em tempos de crise.

O capítulo que abre a primeira parte desta coletânea, de autoria do professor Roberto Leher, traz a importância de refletirmos sobre a dimensão estratégica da formação política na luta contra a autocracia neofascista. Afirmando a existência de um descompasso entre a esquerda e a massa popular expropriada, explorada e não inserida no trabalho regulado pela legislação trabalhista, Leher explicita que o desafio da superação desta incommunicabilidade, para os coletivos de formação e os partidos de esquerda, não se resume à questão dos métodos pedagógicos, mas abrange principalmente a necessidade de compreensão da forma como estes setores populares – que não podem ser categorizados como “assalariados” – ocupam o terreno das lutas de classes e das lutas por territórios, culturas e pertenci-

mento originário. O autor finaliza afirmando a necessidade de construção de frentes anticapitalistas e pela democracia com igualdade social, objetivando constituir redes de formação entre as diversas organizações e movimentos sociais antissistêmicos.

No segundo capítulo, intitulado “Educação do campo: aspectos históricos e desafios contemporâneos”, as autoras Anakeila de B. Stauffer, Aparecida F. Lobato, Jacqueline Botelho, Michelle P. Cabral e Suelen P. E. da Silva apresentam alguns obstáculos enfrentados pelos movimentos sociais organizados na luta pela consolidação da Educação do Campo como uma política pública. Em contraposição à precária e atrasada educação rural – que é fruto do pensamento e da prática da agricultura capitalista e tem como arcabouço o pensamento latifundista empresarial –, a Educação do Campo tem um conteúdo contra-hegemônico, articulado às demandas das comunidades pela agricultura camponesa e anticapitalista, que dialoga com as lutas sociais no campo e na cidade, buscando a concretização da emancipação humana. Neste sentido, o capítulo traz a análise de algumas experiências concretas de educação da classe trabalhadora do campo para demonstrar como esse projeto de educação é brutalmente atacado pelas classes dominantes, cujo interesse é impedir formas de manutenção da vida no espaço rural.

No capítulo 3, de Ana Taisa da Silva Falcão, Filipe Milagres Boechat e Maria das Dores Mendes Pimentel, a discussão sobre “Educação popular e conscientização de classe” também procura embasar-se em experiências concretas para explicitar as posições ideológicas no campo da educação e o processo de consciência das ações concretas dos trabalhadores. Partindo da premissa de que a concepção de Educação Popular é uma concepção que vincula explicitamente a educação e a política, na busca de contribuir para a construção de processos de resistência e para a emancipação humana, os autores relatam suas experiências no *Núcleo de Educação Popular 13 de maio*, no curso pré-vestibular *Vive* e no Grupo de Extensão Popular Ignacio Martín-Baró (GEP-IMB-UFRJ), com o intuito de explicitar como a Educação Popular é um produto histórico das lutas da classe trabalhadora e o resultado contraditório entre os esforços da classe produtora da riqueza social na direção de sua sobrevivência dentro da ordem, mas também de sua conscientização para a luta revolucionária e emancipatória.

O quarto capítulo, intitulado “Classes subalternas e construção da hegemonia: a importância da indistinção entre conteúdo econômico-social e forma ético-política”, de autoria de Douglas Ribeiro Barboza, busca fazer uma análise crítica das concepções economicistas e mecanicistas dos pro-

cessos de transição para uma sociedade anticapitalista, as quais têm expressão prática na separação das lutas políticas e econômicas que caracterizam parte dos movimentos sociais na atualidade. Resgatando o arcabouço conceitual e categorial gramsciano, mas também dialogando com outros clássicos do pensamento marxista – Marx, Engels, Lenin e Thompson – o autor constrói a afirmação da indissociabilidade entre as lutas política, econômica e ideológica, e da construção do processo de formação crítica como resultado de um processo social, ressaltando que a hegemonia construída pelas classes subalternas não é somente uma estratégia de luta, mas também um movimento que permite a participação política e a transformação moral e intelectual dos indivíduos.

A segunda parte da coletânea envolve artigos que debatem sobre as “Mediações das lutas a partir de uma perspectiva classista”. O capítulo 5, intitulado “Direitos humanos no contexto das regressões ultraneoliberais no Brasil”, de autoria de Silene de Moraes Freire e Vânia Morales Sierra, tem a proposta de fazer uma análise da constituição dos Direitos Humanos no Brasil, sua relação com os direitos sociais e os limites impostos pelas políticas de vigilância e controle cada vez mais punitivas. A partir de uma abordagem crítica, suspensa das “ilusões jurídicas”, o capítulo demonstra como a reação neoconservadora conseguiu surpreender e atacar fortemente os movimentos por direitos humanos que, ao resumirem suas lutas por mudanças na superestrutura, negligenciaram a totalidade e subdimensionaram a importância dos processos de transformação gerados na infraestrutura. As autoras reforçam a importância de retomar o debate, a defesa e a ativa intervenção no campo dos direitos humanos a partir do seu potencial de luta contra o capital, assinalando seus avanços civilizatórios extremamente importantes que necessitam de lutas diárias para a sua manutenção e novas conquistas.

No sexto capítulo, a autora Jacqueline Botelho, sob o título “Genocídio negro no Brasil: racismo e violência autorizada do Estado contra a população negra”, busca analisar a afirmação do racismo como um dos elementos centrais na sustentação do capitalismo no século XXI, tal como suas particularidades em andamento na sociedade brasileira. Compreendendo a relação orgânica entre racismo e capitalismo, a autora identifica como a violência do Estado se encontra ancorada pela ideologia racista, que atua como arma de dominação e justificativa para o controle da classe trabalhadora majoritariamente negra. O capítulo também debate o racismo como o elo entre o passado escravista e o presente capitalista no Brasil, capaz de denunciar a aliança orgânica entre o moderno e o arcaico da qual as elites

se serviram para sua perpetuação no poder, com o controle da organização das relações sociais de produção. Por fim, traz alguns desafios ao enfrentamento do racismo no contexto da pandemia da COVID-19, num cenário em que a estratégia neofascista como política da extrema direita no Brasil alia o negacionismo à violência aberta do Estado contra os mais pobres, principalmente contra a população negra.

O capítulo 7 resgata a discussão sobre “A urgência do debate de gênero, raça e classe na formação de profissionais de saúde”. A autora Jussara Francisca de Assis dos Santos explicita – a partir dos resultados de sua pesquisa de doutorado acerca do enfrentamento à violência obstétrica contra mulheres negras – que o debate étnico-racial não fez parte da formação das assistentes sociais entrevistadas, assim como das/os demais profissionais de saúde e gestoras, quer no nível da graduação ou da pós-graduação. Tendo como premissa a relação gênero, raça e classe, a autora demonstra o quanto o investimento no debate étnico-racial faz sentido em todas as dimensões da vida e das políticas sociais, sobretudo, na área da saúde reprodutiva para que seja possível alcançar formas dignas de atendimento ao pré-natal, parto e pós-parto de mulheres populares, especialmente, negras e indígenas.

De autoria de Marianna Rodrigues Vitória, o capítulo 8 se apresenta sob o título “De Maria (do Carmo) à Maria (da Penha): ensaio para uma crítica anticapitalista aos direitos sexuais e de gênero”. O estudo busca avaliar a potência estratégica da luta por mais direitos sexuais e de gênero, com intuito de contribuir para ação dos movimentos sociais vinculados à temática, especialmente feministas e LGBTQI+. Percebendo que o avanço do capital e o contrafluxo neoconservador que vive o Brasil tem potencializado o descompasso entre a conquista de direitos e as lutas coletivas, a autora defende que os limites da luta por mais direitos de forma alguma deve ser entendido como uma orientação para deixar de lado essa via de ação, mas sim um convite para que outras estratégias sejam exploradas, combinando a luta por mais direitos com a ótica do cuidado, da pedagogia crítica, da economia política, desde que ancoradas em um *ethos* comum de coletividade e transformação das violentas relações sociais perpetuadas pela sociedade capitalista.

Em seguida, no capítulo 9, temos a discussão sobre “A relação entre o Estado e os povos indígenas no Brasil”, de autoria de Miguel Anacleto da Silva Júnior e Yuri Vasconcelos da Silva. O capítulo suscita um debate sobre a chamada questão indígena, apontando a necessidade dos militantes políticos manterem como pauta a solidariedade com os povos indígenas nas

suas lutas cotidianas, a começar pela garantia do acesso e controle de suas terras ancestrais e o seu direito à autodeterminação. Analisando as consequências das políticas neoliberais para os povos indígenas e a intensificação do conservadorismo no Brasil atual em relação à política indigenista oficial, os autores reforçam a existência de mobilização, luta e resistência dos movimentos indígenas, indigenistas e de todas as forças progressistas contra todo esse cenário, indicando ser imprescindível tanto direcionar as mesmas no sentido de frear os ataques contra os direitos indígenas, quanto avançar na construção de uma política indigenista que tenha como princípio os indígenas como protagonistas nas tomadas de decisões.

Na Terceira Parte dessa coletânea – “Questão Agrária, luta pela terra e formas de organização e resistência” –, o décimo capítulo é de autoria de Paulo Alentejano e reflete sobre “A questão agrária no Brasil”, reconstruindo a sua história a partir de quatro aspectos: a legislação; a ação governamental; o debate político; e a luta pela terra. Demonstrando que os principais traços históricos da questão agrária brasileira são o monopólio da terra pelos latifundiários, a expropriação e exploração dos povos do campo e destruição da natureza, o capítulo resgata a discussão sobre as suas origens, a nacionalização da luta pela terra e o debate sobre a reforma agrária, a modernização conservadora da agricultura brasileira e a retomada das lutas e dos debates sobre a reforma agrária nos anos 1980 e 1990. Finaliza explicitando a reconfiguração da luta pela terra num cenário de construção da hegemonia do agronegócio, com alterações na dinâmica da luta pela terra e incorporação de novos elementos ao debate da reforma agrária, como os temas da soberania alimentar e da agroecologia.

Maria Das Graças Osório P. Lustosa é autora do décimo primeiro capítulo, intitulado “Estado, capitalismo e questão agrária: uma introdução à análise dos direitos à terra de trabalho, relações sociais e de produção no Brasil contemporâneo”. Propõe, na análise, discutir os impactos das reformas estruturais e as estratégias no tratamento das relações de propriedade da terra no Brasil no contexto do capitalismo multinacionalizado, num cenário em que o forte desprestígio da política pública de reforma agrária coloca em questão o acesso às formas de produção e de reprodução de parcelas expressivas de Trabalhadores Sem Terra, Populações Nativas do País, Povos Indígenas, quilombolas dentre outros. A autora argumenta que a forte expansão de interesses capitalistas, internacional e nacional, pela propriedade privada da terra no Brasil nas últimas décadas, têm constituído aparatos de comando e controle, cujas controvérsias de um capitalismo sub-

serviente mascaram as graves desigualdades sociais nas relações entre as classes, além da obliteração de acesso aos direitos a trabalhadores pobres.

O capítulo 12, “Economia popular e estratégias de reciprocidade em agroecologia camponesa: produção e distribuição de alimentos entre o Coletivo Terra e o Movimento dos Pequenos agricultores no Rio de Janeiro”, é de autoria de Bruna Távora; Cosme Henrique G. Miranda e Débora Lins Batista. O ensaio objetiva, a partir de relatos de experiências, sintetizar as formas organizativas desenvolvidas através de relações de reciprocidades e solidariedade, próprias das economias populares organizadas pelas classes trabalhadoras, as quais se originaram nas lutas organizadas dos grupos sociais que enfrentam as problemáticas da carestia, consolidando formas econômicas para garantir sua sobrevivência e reprodução social e se diferenciando da prática predatória e exploratória gerida pelo sistema agroalimentar hegemônico. Tendo como base produtiva/paradigmática a agroecologia camponesa, percebeu-se que as organizações aumentaram sua capacidade de produção, abastecimento e escoamento de alimentos agroecológicos.

A quarta parte dessa coletânea trata do “Estado, lutas sociais e a ampliação do poder coercitivo em tempos de crise”. O capítulo 13 que abre este último momento, de autoria de Caio C. Andrade e Douglas Ribeiro Barboza, tem o título “As particularidades do Estado na formação social brasileira: a reiteração da via repressiva de contenção das reivindicações populares”. Analisa que os traços elitistas e antipopulares da transformação política e da modernização econômica, e a necessidade de restrição da participação do poder político às forças populares, são elementos que sempre estiveram presentes na constituição da nossa formação histórica, como parte das diferentes formas de expressão dos processos que nos conduziram às especificidades da nossa “via não clássica” de revolução burguesa. Neste quadro de análise, os autores demonstram que o caráter do Estado e sua relação com as classes e as lutas sociais na particularidade da formação social brasileira foi marcado pela constante utilização das formas autocráticas de resolução dos antagonismos de classe, e que estas formas ganham novas mediações no atual cenário político brasileiro do século XXI, a partir da ascensão de um governo que demonstra fortes traços neofascistas.

A coletânea se encerra, com seu décimo quarto capítulo produzido por Ana Carolina Sampaio Ferreira e Laura Brandão Martins, sob o título “Pandemia da Covid-19 em tempos de fascistização do Estado no Brasil”. Objetiva fazer uma reflexão sobre como as particularidades do Governo Jair Bolsonaro, que combina fascistização do Estado Brasileiro e avanço ultraliberal, criam graves obstáculos para o enfrentamento da pandemia que as-

sola o país. As autoras argumentam que, em meio ao caos gerado pela crise política e econômica que se potencializa em um contexto pandêmico, o processo de desmonte dos direitos sociais segue uma lógica voraz.

Agradecemos a todas e todos que, com suas pesquisas, contribuíram para a realização desta coletânea: professores (as), pesquisadores(as), educadores(as) populares, intelectuais orgânicos dos movimentos sociais e populares, bolsistas de iniciação científica; todos(as) que, num cenário tão difícil que o país vem enfrentando, não mediram esforços para contribuir com a construção e socialização do conhecimento objetivando desvendar as possibilidades de superação da atual crise. Agradecemos também à Profa. Dra. Raquel Santos Sant’Ana pela importante contribuição que nos reservou ao aceitar fazer o prefácio aqui publicado.

Importante ressaltar nosso agradecimento ao Programa de Fomento à Pesquisa (FOPESQ) 2020, da Universidade Federal Fluminense (UFF), que nos destinou recursos para que fosse possível a editoração e publicação da presente coletânea, que também será disponibilizada no formato E-book.

O Brasil segue com grave desigualdade social e econômica, com cinco famílias concentrando a mesma riqueza que metade da população mais pobre do país, e com um ataque progressivo aos direitos sociais sem precedentes. Com o negacionismo e obscurantismo abertos no governo Bolsonaro, traduzidos no ataque à ciência e tecnologia, no desprestígio às universidades e às áreas das ciências sociais e humanas, a presente coletânea se revela como um ato de resistência; como a prova de que a Universidade Pública permanece cumprindo a sua função social: movimentar-se e desenvolver-se para responder as contradições, as demandas e expectativas que a sociedade lhe apresenta (ainda que não se submetendo passivamente a estas), reportando-se todo tempo à cultura, à política e à economia, e acompanhando todas as transformações sociais do seu tempo, de forma a ser publicamente reconhecida e legitimada devido a sua centralidade na dedicação à formação, à construção do conhecimento e à reflexão crítica.

Esta coletânea chega ao público com o intuito de mostrar que, através da efetiva integração entre ensino, pesquisa e extensão, a Universidade Pública é capaz de assimilar o saber produzido no seu “exterior”, articulando-se com os movimentos sociais e populares de forma a construir conjuntamente os elementos reflexivos e críticos que superem a mera reprodução das desigualdades sociais, da exploração de classe e das opressões étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual. Mais do que um movimento em defesa da universidade verdadeiramente pública, este trabalho é fruto de um

movimento em busca da construção de uma universidade popular e socialmente referenciada. Em meio ao luto e à indignação pelas centenas de milhares de vidas perdidas durante a crise agravada pela Pandemia da COVID-19, e em respeito aos inúmeros trabalhadoras e trabalhadores que ainda permanecem lutando para garantir a sua existência, socializamos aqui um material que expressa de forma sintética parte da nossa contribuição para que a universidade pública construa elementos de análise e ação necessários para a superação dos limites impostos por esse cenário tão devastador.